

textos

Entre o pós-guerra e o presente

Jaime Ginzburg

C

om o final da Segunda Guerra Mundial, pensadores de diversos países confrontaram desafios referentes à função do trabalho intelectual. Era necessário refletir sobre as razões pelas quais séculos de produção artística, filosófica e científica (com reconhecimento de numerosas obras-primas nesses campos) não impediram a destruição em massa de seres humanos. Todo o conhecimento acumulado historicamente não foi capaz de evitar as bombas atômicas, os campos de concentração e o aniquilamento de cidades inteiras.

JAIME GINZBURG é professor de Literatura Brasileira da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP e autor de, entre outros, *Crítica em tempos de violência* (Edusp).

No período entre 1945 e 1970, foram produzidos textos que confrontaram temas difíceis, como, por exemplo: as formas como pesquisas de opinião pública poderiam ser empregadas para fins nefastos, como a concentração de poder e a opressão; as consequências da tendência, em sociedades desiguais, de indivíduos tomarem decisões sem elaborar conhecimento suficiente sobre os assuntos a serem decididos; as maneiras como indivíduos definem seus critérios para atribuir ou não a um enunciado um valor de verdade; as razões pelas quais indivíduos aceitam acreditar em ideias superficiais, simplificações e distorções. Esses questionamentos, entre outros, eram relevantes para compreender o que levaria pessoas a aceitarem ideias e práticas autoritárias, e o que seria necessário para consolidar as democracias. Hannah Arendt, Theodor Adorno e Anatol Rosenfeld devem ser lembrados por suas reflexões lúcidas e ponderadas. Esses três pensadores refletiram sobre os riscos de continuidade de elementos do fascismo em países formalmente considerados democráticos.

Em 1947, Anatol Rosenfeld publicou um breve texto chamado “A crise da democracia”. Escrito após o fim da Segunda Guerra Mundial, o artigo chama a atenção para a continuidade de problemas referentes a ideias e políticas fascistas. Realizando uma análise do tempo em que vivia, incluindo notas sobre os efeitos do capitalismo, o autor refletiu sobre um processo de “desumanização do mundo, o predomínio das coisas, do aparelho, de uma economia que escapou à gravitação humana” (Rosenfeld, 2011, p. 189). Para Rosenfeld, a democracia está associada a um predomínio do bem comum sobre interesses particulares (p. 185). Uma

dificuldade importante para a sustentação de uma democracia materialmente constituída em práticas institucionais estaria em poder contar com a participação de indivíduos na defesa do bem comum, em contrariedade à apropriação do espaço público por interesses particulares. O autor refletiu sobre condições que levariam a uma discrepância entre uma caracterização formal de um regime como democrático e as práticas sociais motivadas por interesses particulares (p. 185).

A argumentação de Rosenfeld é constituída, formalmente, por uma combinação entre análise crítica de práticas políticas de seu tempo e uma identificação de continuidade, para além do fim da Segunda Guerra Mundial, de ideias políticas fascistas. A temporalidade em 1947 está impregnada de um transbordamento dos horrores vivenciados poucos anos antes. A reflexão não se restringe a ser descritiva ou analítica, ela é também uma intervenção, como uma espécie de alerta, contra a ilusão de que o fascismo, como concepção política, teria sido efetivamente derrotado ou eliminado.

Entre os efeitos do capitalismo, Rosenfeld observa que, diante de forças econômicas, indivíduos precisam lutar para estarem vivos, e são frustrados em suas expectativas de progredir economicamente (Rosenfeld, 2011, p. 188). Para o autor, “a pessoa humana” fica “esmagada pela imensa pressão das coisas, do capital, da produção pela produção” (p. 195). Nessa situação, indivíduos poderiam se tornar incapazes de romper com essas pressões.

No mesmo artigo, publicado há mais de 70 anos, o autor escreveu que, em um contexto de esmagamento de indivíduos, estes encontram na indústria do entretenimento sonhos “baratos e adocicados” para eles atri-

buídos, que divertem e excitam, e ao mesmo tempo desgastam a força das capacidades necessárias para “enfrentar a realidade, raciocinar e sentir sadiamente” (Rosenfeld, 2011, p. 195). Para muitos, o conhecimento da realidade, em tempos de pós-catástrofe e insegurança, em uma sociedade de massas, era constituído de modo imediatista, como se os problemas e as soluções da realidade fossem imprescindivelmente limitados a prazos curtos de percepção, levando indivíduos a serem fascinados por simplificações (p. 193), por “slogans descontraídos, por condensações superficiais”; ao mesmo tempo, essas práticas privam “o homem moderno de toda memória e, conseqüentemente, de todo verdadeiro juízo” (p. 195). Essas percepções estão articuladas com referências à sociedade norte-americana, permitindo ao leitor observá-la como uma democracia marcada pelo fracasso e como um contexto de “fascismo latente” (p. 193).

Alguns argumentos de Anatol Rosenfeld guardam semelhanças com trechos de dois textos escritos por Hannah Arendt na década de 1960. No início do livro *Homens em tempos sombrios*, a autora explica a metáfora utilizada no título de sua obra. É proposta uma associação entre a luz e o espaço público, na qual este é entendido como um espaço no qual indivíduos mostrariam ações e pensamentos. As sombras, em oposição, são constituídas pelas inserções, nesse espaço, de discursos não confiáveis, opacos. Em termos temporais, pode ser observada uma conexão entre o tempo pós-catástrofe no qual Rosenfeld escreve e os tempos sombrios descritos por Arendt. A crise da democracia, exposta pelo primeiro, encontra na metáfora da sombra, tal como exposta pela autora, uma caracterização justa.

Cabe lembrar do seguinte trecho:

“Se a função do espaço público é iluminar os assuntos dos homens, proporcionando um espaço de aparições onde podem mostrar, por atos e palavras, pelo melhor e pelo pior, quem são e o que podem fazer, as sombras chegam quando essa luz se extingue por ‘fossos de credibilidade’ e ‘governos invisíveis’, pelo discurso que não revela o que é, mas o varre para sob o tapete, com exortações, morais ou não, que, sob o pretexto de sustentar antigas verdades, degradam toda a verdade a uma trivialidade sem sentido” (Arendt, 2008, p. 8).

Há uma relação direta entre as reflexões de Rosenfeld sobre as condições, nas sociedades de massa, em que indivíduos são expostos a simplificações e superficialidades, e as observações de Arendt sobre os discursos degradadores, que optam pelo ocultamento e pela trivialidade. Em “Culture and politics”, a pensadora reflete sobre o espaço público e as condições de constituição da verdade. Essa reflexão é arquitetada como um trabalho em estudos clássicos, com referências a ideias elaboradas na Grécia e em Roma. O detalhamento da argumentação permite aos leitores, por sua vez, entender que os problemas analisados não são restritos à Antiguidade. Arendt utiliza recursos expressivos que apontam para o presente da enunciação. O movimento tem um efeito ambivalente, como se o texto consistisse em uma produção de conhecimento em estudos clássicos e, ao mesmo tempo, em uma intervenção referente a formas da democracia na década de 1960.

A pensadora afirma que a política consiste no espaço no qual a violência encontra sua

legitimidade (Arendt, 2007, p. 193). Essa legitimação se constitui quando a racionalidade da política é percebida como utilitária, e quando objetivos políticos são considerados socialmente como razões justas para a destruição de seres humanos. Arendt e Rosenfeld se assemelham nas preocupações com a destruição e a violência que a política, em grande escala, produziu no século XX, abordando a desumanização e analisando as dificuldades para que indivíduos constituam e debatam publicamente conhecimentos fundamentados sobre a realidade.

A autora afirma que a racionalidade utilitária é capaz de embasar comportamentos desumanos (Arendt, 2007, p. 193). Mais adiante, no mesmo texto, Arendt examina a importância da esfera pública para a sociedade. Um dos principais argumentos de “Culture and politics” consiste em que, para a política, o crucial não são a cognição e a verdade, mas os atos de julgar e decidir (p. 200). Nesse ponto fica clara uma distância entre, por um lado, as condições necessárias para produzir conhecimento, tal como são ensinadas em escolas e universidades, e as formas de pensamento priorizadas em atividades políticas, especialmente no autoritarismo. Capacidades intelectuais, incluindo critérios para distinguir o que é ou não verdadeiro, seriam secundárias para diversos políticos, que preferem criar reputações com seus modos próprios de tomar decisões e julgar os outros. Nesse aspecto, a convergência entre Rosenfeld e Arendt merece atenção. Ambos estudaram o fascismo, refletiram criticamente sobre experiências democráticas que conheciam e apontaram para o efeito nefasto, na vida social, da invasão, no espaço público, de discursos para os quais a exposição da verdade não é desejável

ou conveniente. Arendt encontrou um foco de reflexão que aponta para um problema central na atualidade, o ataque de políticos a educadores e estudantes, tema que será comentado mais adiante.

Em 1952, Theodor Adorno apresentou preocupações que têm afinidade com as ideias de Arendt e Rosenfeld, em um ensaio breve sobre opinião pública. Nesse texto, é realizada uma articulação entre um tema político prioritário no período em que ele redigiu o ensaio (os recursos empregados por políticos para obter sucesso em eleições) e um problema metodológico de pesquisa (como compreender qual é, exatamente, a opinião pública em uma sociedade).

Adorno observa que os resultados de uma pesquisa de opinião pública, conduzida para fins econômicos ou políticos, não podem ser compreendidos como a expressão de uma opinião da totalidade da sociedade, ou uma opinião comum a todos os indivíduos que a integram. A razão para afastar essa percepção é a desigualdade ligada à divisão do trabalho e a processos de exclusão de grupos sociais. Supor uma totalização exigiria ignorar deliberadamente a diversidade social. Se as opiniões não são de fato comuns a todos os indivíduos, cabe perguntar o que significa, conceitualmente, falar em uma opinião pública (Adorno, 2010, pp. 295-6). A tendência observada pelo pensador consiste em que as opiniões mais visíveis e acessíveis em uma sociedade costumem ser tratadas como uma manifestação pública; ou seja, é comum que opiniões difundidas pela imprensa e pelo rádio sejam consideradas como se fossem expressões diretas de ideias constituídas em sociedade. Projetado para a atualidade, guardadas as diferenças contextuais, esse questionamento poderia substanciar

uma análise de conteúdos da internet, produzidos e compartilhados em escala massiva. Em uma hipótese, talvez, para muitas pessoas, ler frases, trechos de textos ou ver fotografias em redes sociais sejam uma maneira de entender o que a população pensa.

Assim como no texto de Rosenfeld, uma análise da política norte-americana está presente nesse ensaio de Adorno. Ele se ocupa da conexão entre pesquisas eleitorais nos Estados Unidos e expressões de opinião pública. Nesse sentido, o filósofo questiona como as pessoas que conseguiram posições nas quais são capazes de serem ouvidas chegaram a elas, e ainda se elas são competentes para opinar sobre os temas que abordam (Adorno, 2010, p. 297). Essas questões são necessárias para definir se a opinião pública é, para a sociedade, uma expressão de democracia. A utilidade dessas pesquisas, em períodos de tensão e disputa política, não é definida por sua capacidade de síntese, que é limitada. Essa utilidade é definida por interesses de grupos específicos. Uma transformação social em uma democracia, segundo Adorno, não depende tanto de uma maioria numérica, mas de grupos que concentram mais poder (p. 299). Esses grupos poderiam, se assim determinassem, no contexto norte-americano, tornar os resultados das pesquisas instrumentos para seus objetivos; trata-se de dar atenção aos discursos sobre as pesquisas eleitorais e aos efeitos que esses discursos podem obter. Em termos estratégicos, é como se o mais importante fosse produzir e reforçar desejos, assumindo que números estatísticos sejam tomados pelo público como evidências irrefutáveis sobre a qualidade de cada um dos candidatos; como se a preferência atribuída à maioria correspondesse a uma verdade válida para todos. Se o público, no

tudo ou em parte, acreditar nessa premissa, as eleições dependeriam das celebrações ou dos esvaziamentos do significado das estatísticas divulgadas.

A reflexão metodológica sobre a qualidade de pesquisas de opinião pública leva Adorno a destacar uma estratégia de trabalho: a realização de discussões em grupos. Estas seriam mais eficazes, para os responsáveis por essas pesquisas, do que entrevistas individuais em uma amostra, pois a espontaneidade em diálogos pode se aproximar de manifestações de opiniões francas. A partir dessa argumentação, pensando em termos metonímicos, é possível assumir que os debates públicos são fundamentais para a sustentação das democracias. A possibilidade de realizar debates constantes, seguindo o raciocínio de Adorno, permite confrontar a invasão do espaço público por grupos com interesses particulares.

Na parte final do texto, o pensador critica a ideia de que a vontade de uma maioria seja necessariamente considerada como ideal, perfeita ou normativa. Em uma passagem a ser destacada, Adorno afirma que essa vontade não pode produzir terror sobre grupos minoritários (Adorno, 2010, p. 302). De fato, o argumento de que uma maioria numérica em uma sociedade seria a expressão do que é correto para todos, por ser maioria, pode fundamentar ou legitimar exclusão e violência. Esperar que uma maioria (ou uma abstração simulando uma falsa maioria) se imponha, como definidora de valores, corresponde a não reconhecer contradições sociais. Impor uma opinião de um grupo particular, como se ela fosse pública, é contrariar o regime democrático.

Em 2020, reler esses textos pode produzir um efeito similar ao de se estar diante de

uma fantasmagoria. Respeitando o distanciamento histórico entre o presente e o período imediatamente posterior ao final da Segunda Guerra Mundial, consideradas as numerosas diferenças contextuais, é possível observar que partes das reflexões de Adorno, Arendt e Rosenfeld serviriam, diretamente ou mediante adaptações nos vocabulários conceituais, para analisar problemas do presente.

Esse efeito pode ser mais intenso se o leitor estiver preocupado com riscos para a sustentação de práticas democráticas e atento a marcas de continuidade de regimes autoritários. Pode ser o caso de um leitor preocupado com a expansão de *websites* neonazistas no Brasil (Alessi & Hofmeister, 2020), ou com a recente produção e circulação de um dossiê sobre antifascistas, incluindo professores universitários (Onofre, 2020; Nepomuceno, 2020), contra o qual ocorreram reações institucionais importantes (NEV-USP, 2020; “Comunicado...”, 2020). A iniciativa política de elaborar um dossiê com nomes de professores universitários por serem considerados “antifascistas”, em si mesma, pode sugerir talvez uma identificação, ou pelo menos alguma forma de analogia, entre o fascismo e aqueles que querem controlar ou reprimir discursos sobre ele. A presença de situações de agressividade e de medo, com características similares a práticas que ocorriam em regimes totalitários, foi identificada ainda em outubro de 2018 (Natali, 2018) e recentemente foi analisada por intelectuais reconhecidos por suas pesquisas avançadas em seus campos de atuação (Singer et al., 2020).

O estudo de reflexões contrárias aos autoritarismos, marcadas pelo impacto da Segunda Guerra Mundial e, posteriormente, pela Guerra Fria, pode ter um efeito, para

lembrar a metáfora de Hannah Arendt, de reconhecer a importância do espaço público e de dissipar sombras que o tornam opaco e dissociativo. Para Rosenfeld, em 1947, estavam se constituindo, em frente aos seus olhos, expectativas de consolidação de regimes democráticos; sua crítica estava focada na observação de efeitos predatórios do capitalismo e do esmagamento de indivíduos por práticas econômicas. Era um tempo no qual poderia ser incontornável perguntar por que indivíduos se satisfaziam, ao menos em parte ou aparentemente, em conhecer a realidade através de simplificações, superficialidades ou clichês. Essas satisfações podiam, em 1947, causar espanto. Esse problema se expande em um tempo no qual as tecnologias digitais ampliam constantemente os modos de receber informações, através de recursos de comunicação *on-line*, redes sociais e formações de grupos que reúnem pessoas de diversas origens. Os debates recentes sobre *fake news* e liberdade de expressão, com os quais esta **Revista USP** contribuiu em seu número 116, podem ser articulados com reflexões específicas sobre condições de produção de conhecimento na atualidade.

É necessário observar que muitos consumidores de internet podem se habituar a expectativas baixas de qualidade das informações, como se não tivessem o tempo e a concentração necessários para refletir sobre o que assimilam. Essa situação pode ser insustentável se, quando um presidente afirma que não existe fome no Brasil (“Bolsonaro...”, 2019a), o espaço público não puder intervir, democraticamente, em favor da contestação de uma descrição falsa da sociedade brasileira.

A velocidade com que novos *posts* são inseridos em redes sociais, e novos *websites*

são criados, antagoniza com o tempo e o ritmo necessários, em instituições de ensino, para que indivíduos possam ser preparados para discernir informações válidas de outras que simulam ser verdadeiras. O consumo intenso de palavras e imagens, cada vez mais comum entre crianças e adultos, estimula uma assimilação de ideias movida em alta velocidade. Essa rapidez está associada à recente multiplicação de enunciados de discursos de ódio, negacionismo e *fake news*. Esses enunciados apostam na superioridade do abstrato sobre o concreto, no impacto emocional de ilusões em prejuízo de reflexões, e também na prevalência do conhecimento *a priori*, que não exige evidências empíricas (Bonjour, 2009), sobre as experiências concretas. No campo jurídico, esses elementos assegurariam que pessoas poderiam ser condenadas sem evidências materiais. No campo das relações de trabalho, seguindo a mesma perspectiva, o discurso de um empresário seria considerado mais importante do que as práticas de trabalhadores. Nas redes sociais, uma consequência pode ser uma confiança precoce e imediata em enunciados que causam efeitos emocionais, em detrimento da fundamentação desses enunciados.

Adesões imediatas a *fake news* costumam ser acompanhadas de multiplicações de enunciados. A eficácia dessa reiteração, levando a uma disseminação de ideias falsas e danificadoras, estaria talvez garantida pelo fato de que muitos indivíduos, esmagados pela desigualdade econômica, estariam propensos a reforçar continuamente as premissas de suas ideias, conservando seus pontos de vista. Quando é difícil ou inviável revisar ideias, comparar argumentos, contrastar pontos de vista, ou buscar provas,

antes de aceitá-las ou defendê-las, posições conservadoras podem prevalecer.

Esse reforço contínuo, por multiplicação de enunciados, suscitaria uma busca por culpados. Se o espaço público não comporta o tempo e as condições para o debate respeitoso de ideias, ou se os indivíduos não confiam em debates por conta do esmagamento e das pressões que sofrem continuamente, os culpados para os problemas são buscados em mistificações, de modos arbitrários, e frequentemente em figuras de alteridade. Os impasses não resolvidos da sociedade, em um ambiente de discursos de ódio, motivam demandas por bodes expiatórios. Na mesma perspectiva em que as *fake news* atribuem culpados, com argumentos falsos, a problemas que de fato existem, a sociedade é motivada a eleger figuras sacrificiais, pela premissa de que, se elas forem eliminadas, os problemas supostamente deixariam de existir (Girard, 1984, pp. 198-201).

Grupos historicamente tratados, em muitas culturas, com desprezo e violência, frequentemente reduzidos a estereótipos, costumam ser escolhidos para os sacrifícios. A ampla disseminação de preconceitos, ataques a indígenas, ideias e práticas racistas, machistas e homofóbicas no Brasil contemporâneo encontram embasamento em falas do próprio presidente sobre temas variados, incluindo o fato de ter tido uma filha, a possibilidade de que um dos seus filhos namorasse uma mulher negra ou fosse gay, ou ainda sobre a tortura, o estupro e a violência contra homossexuais, entre outros assuntos (Guardian Staff, 2018). Essas falas fazem parte dos fundamentos de muitos enunciados em circulação; elas constituem uma matéria *a priori* que leva indivíduos a atribuírem valor de verdade a

enunciados excludentes. Para quem acredita nos enunciados do presidente, tudo que deles for derivado pode ser aceito e defendido, na forma de *insights* legítimos (Bonjour, 2009, p. 99) a partir dessas premissas.

A crença cega em *fake news* e discursos de ódio recusa a necessidade de demonstrar ou provar o que é afirmado, e recusa o diálogo respeitoso entre diferentes pontos de vista. Mesmo assim, é constante que os discursos de ódio criem falsas provas para suas proposições. Isso motivou a criação de diversos grupos no país voltados para a checagem de fatos (Costa, 2020), que atuam com ponderações empíricas contra os enunciados falsos (Devitt, 2009, pp. 105-8), e também de divulgação de empresas que financiam criadores de discursos de ódio e afirmações falsas (“A luta...”, 2020). Essa situação contém um conflito epistemológico entre a absorção imediata de informações tomadas como verdadeiras e a recepção mediada por questionamentos sobre essas informações. O contraste entre essas duas posições contribui para compreender as condições de ascensão e difusão de práticas autoritárias no país. Essa ascensão pode ser reforçada pela preferência por uma concepção imediatista, não dialética, e nada complexa, de produção e circulação de conhecimento. Para essa concepção, não há interesse ou confiança em reflexões de longa duração e em debates respeitosos.

É relevante observar que empresas de mídia têm dedicado, constante e precocemente, investimento e espaço para pesquisas eleitorais referentes à definição de quem assumirá a presidência em 2022. A perspectiva de uma possível reeleição de Jair Bolsonaro é uma preocupação antecipada para o segundo ano de mandato, e os

resultados das pesquisas têm evidenciado uma expectativa de que a reeleição de fato ocorresse (Rossi, 2020; IG, 2020); essa tem sido uma pauta constante na mídia. Essas pesquisas podem, se forem idôneas, representar amostras de posições em uma sociedade vasta e desigual. Essa representação poderia ser questionada continuamente, tendo em vista os interesses dos responsáveis pelo financiamento dessas pesquisas. É necessário interpretá-las como recursos persuasivos voltados para impactos emocionais. Elas criam uma ilusão de uma exitosa posição dominante (ou dominadora) e de um fracasso das alternativas existentes.

As anotações de Rosenfeld sobre o conhecimento imediatista, assim como as observações de Arendt sobre as degradações dentro do espaço público, permitem formular a hipótese de que, para evitar a continuidade dos totalitarismos, seria necessário que o ambiente democrático incentivasse o debate permanente (lembrando os termos de Adorno, as discussões em grupo). O debate permanente evita o impacto conservador, alienante e exaustivo da saturação de percepções rápidas, frases breves e registros descontextualizados de narrativas, que resultam da multiplicação contínua de fragmentos textuais e imagens.

Se essa argumentação procede para a atualidade, entre os papéis da educação estaria justamente confrontar esse risco. O autoritarismo político no Brasil recente encontrou um campo para exercício de suas forças destrutivas nos ataques à educação, na humilhação de estudantes e na degradação das condições de trabalho de professores. Em 2019, o país teve um ministro da Educação que acusou universidades públicas de serem espaços de balbúrdia (Agostini, 2019; Dunker, 2019), contingenciou recursos

(“Weintraub...”, 2020), deixou de empregar recursos que estavam disponíveis (Resende & Saldaña, 2020), enquanto o próprio presidente se referia a estudantes, que defenderam publicamente as universidades desses ataques, como “peçoalzinho” (Carvalho, 2019) e “idiotas” (“Bolsonaro...”, 2019b). Em 2020, o cargo de ministro foi atribuído a uma pessoa que registrou em seu currículo informações falsas (Jucá, 2020; Saldaña & Uribe, 2000), o que foi denunciado.

Ao longo deste ano, as universidades sofreram abalos profundos nas condições de trabalho. As pesquisas em todas as áreas foram prejudicadas por decisões de cortes por parte do governo (Madeiro, 2020). A medida recente de taxar livros (Porto, 2020), que vai levar a torná-los menos acessíveis, em uma sociedade desigual, contribui para esses abalos.

Especificamente, as ciências humanas, ciências sociais, letras e artes foram alvos de medidas destrutivas. Historicamente, no Brasil, existem preocupações com a precarização das condições de estudo em humanidades, como mostra um dossiê sobre o tema no periódico *Estudos Avançados* (2018). Recentemente, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações estabeleceu prioridades para a pesquisa no Brasil e seu financiamento, elegendo áreas estratégicas que excluam as humanidades (Saldaña, 2020a). Há alguns meses, bolsas de iniciação científica foram distribuídas apenas para as áreas consideradas estratégicas, deixando de atender a centenas de projetos nas áreas de conhecimento que não integram esse grupo (Romão, 2020; Saldaña, 2020b).

Como foi mencionado anteriormente, nos anos que se seguiram ao final da Segunda Guerra Mundial, ocorreram questionamentos

sobre como foi possível que as tradições de pensamento não tivessem conseguido evitar a destruição em escala massiva. Essa destruição, cabe lembrar, foi realizada com emprego de ideias produzidas por homens cultos, que dominavam recursos de ciência e tecnologia. Independentemente disso, os ataques recentes às humanidades podem estar expressando que o conhecimento produzido nessas áreas teria a capacidade de confrontar os autoritarismos. Do ponto de vista de quem realiza esses ataques, desprezando estudantes e professores, é possível que as humanidades sejam de fato representadas como uma ameaça latente. Nessas áreas são estudados processos históricos, códigos culturais, conceitos políticos, imagens, sons e tantos outros temas. Esses estudos permitem descrever, interpretar e debater o que está acontecendo nas redes sociais, nas pesquisas eleitorais, nas transformações sociais, e também o que está acontecendo nas escolas e nas universidades. É fundamental em estudos de humanidades a autocrítica. Para essa perspectiva, a resistência das humanidades em escolas e universidades é fundamental para que a sociedade seja ainda mais atravessada, para lembrar Arendt, por decisões e julgamentos que não se baseiam em reflexões, por simplificações e distorções do conhecimento, e pelas forças esmagadoras de grupos econômicos ou políticos que escolhem deliberadamente promover a desumanização e a morte de indivíduos e de coletividades.

Os ataques à educação, desde o início do governo em vigor, provocam danos que poderão levar anos para serem claramente compreendidos e talvez reparados. Esses ataques podem reforçar a situação crítica que vivem as práticas democráticas no Brasil atual. Foi atingido o ponto em que manter

a educação pública em funcionamento (e esperar que ela possa qualificar o espaço público, e os debates sobre questões sociais) se tornou um tema de resistência coletiva. A credibilidade da educação pública é constantemente danificada por discursos nefastos voltados para a dominação e o controle social, que procuram restringir e distorcer a função das instituições de educação. Se elas podem de fato representar uma força capaz de estabelecer um equilíbrio maior no espaço público da sociedade brasileira, a força transformadora da educação perturba grupos conservadores interessados em envenenar esse espaço.

É exemplar nesse sentido a imagem de um presidente ensinando uma criança a fazer um gesto que imita uma arma de fogo (“Bolsonaro...”, 2018), legitimando os usos

de violência que as armas representam, pois é um ícone de uma concepção particular de educação. Esse gesto é coerente com os elogios públicos a um torturador (“Bolsonaro...”, 2019c) e com a manifestação de desrespeito a grupos sociais que lutam por seus direitos (Bertoni, 2018). A legitimação da violência e da tortura e a violação constante de direitos humanos confrontam diariamente professores e estudantes em escolas e universidades. Professores brasileiros não ensinariam crianças a elogiar torturadores, ou a fazer o gesto da “arminha”. Assim como para Rosenfeld, eles reconhecem que o espaço público serve ao bem comum, e não deveria ser invadido por interesses particulares; especialmente quando esses interesses atacam as próprias instituições de ensino nas quais trabalham dia após dia.

REFERÊNCIAS

“A LUTA do *Sleeping Giants Brasil* contra milícias digitais”. *DW Brasil*.

ADORNO, Theodor. “Opinión pública y estudios de opinion”, in *Miscelánea I*. Madrid, Akal, 2010.

AGOSTINI, Renata. “MEC cortará verba de universidade por ‘balbúrdia’ e já enquadra UnB, UFF e UFBA”. *O Estado de S. Paulo*, 30/4/2019. Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,mec-cortara-verba-de-universidade-por-balburdia-e-ja-mira-unb-uff-e-ufba,70002809579>. Acesso em: 2/1/2020.

ALESSI, Gil; HOFMEISTER, Nara. “Sites neonazistas crescem no Brasil espelhados no discurso de Bolsonaro, aponta ONG”. *El País*, 9/6/2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-10/sites-neonazistas-crescem-no-brasil-espelhados-no-discurso-de-bolsonaro-aponta-ong.html>. Acesso em: 9/8/2020.

“AO JUSTIFICAR notas baixas na USP, ministro fala de acidente e mostra cicatriz”. *Poder 360*, 4/5/2019. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/ao-justificar-notas-baixas-na-usp-ministro-fala-de-acidente-e-mostra-cicatriz/>. Acesso em: 2/1/2020.

ARENDT, Hannah. “Culture and politics”, in *Reflections on literature and culture*. Stanford, Stanford University Press, 2007.

- ARENDDT, Hannah. *Homens em tempos sombrios*. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.
- BERTONI, Estêvão. “‘Tudo é coitadismo’, diz Bolsonaro sobre negros, mulheres e nordestinos”. *Veja*, 24/10/2018.
- “BOLSONARO ensina criança a fazer arma com a mão e causa polêmica”. *Catraca Livre*, 20/7/2018. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/bolsonaro-ensina-crianca-a-fazer-arma-com-a-mao-e-cao-polemica/>. Acesso em 2/1/2020.
- “BOLSONARO declara que fome no Brasil é mentira, mas recua após polêmica”. *Folha de S. Paulo*, 19/7/2019a. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/falar-que-se-passa-fome-no-brasil-e-uma-grande-mentira-afirma-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 2/1/2020.
- “BOLSONARO sobre protestos: ‘São idiotas úteis, não sabem a fórmula da água’”. *Correio Braziliense*, 15/5/2019b. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/ensino_ensinosuperior/2019/05/15/ensino_ensinosuperior_interna,755113/bolsonaro-sobre-manifestacoes-em-prol-da-educacao-sao-idiotas-uteis.shtml. Acesso em: 2/1/2020.
- “BOLSONARO volta a elogiar o torturador Ustra: ‘herói nacional’”. *Carta Capital*, 8/10/2019c. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-volta-a-elogiar-torturador-ustra-heroi-nacional/>. Acesso em: 2/1/2020.
- BONJOUR, Laurence. “In defense of the *a priori*”, in Matthias Steup; Ernest Sosa (eds.). *Contemporary debates in Epistemology*. Oxford, Blackwell Publishing, 2009.
- CARVALHO, Daniel. “‘Movimento do pessoalzinho que eu cortei verba’, diz Bolsonaro sobre manifestações de estudantes”. *Folha de S. Paulo*, 18/5/2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/05/movimento-do-pessoalzinho-que-eu-cortei-verba-diz-bolsonaro-sobre-manifestacoes-de-estudantes.shtml>. Acesso em: 2/1/2020.
- “COMUNICADO da Diretoria sobre dossiê acusatório antidemocrático”. *Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo*, 5/6/2020. Disponível em: <https://www.fflch.usp.br/2236>. Acesso em: 9/8/2020.
- COSTA, Matheus Bignono. “5 sites para checar se a notícia é verdadeira ou falsa”. *Canal Tech*, 27/2/2020.
- DEVITT, Michael. “There is no *a priori*”, in Matthias Steup; Ernest Sosa (eds.). *Contemporary debates in Epistemology*. Oxford, Blackwell Publishing, 2009.
- “DOSSIÊ mostra marginalização do ensino de humanidades”. *Jornal da USP*, 22/8/2018. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/dossie-mostra-marginalizacao-do-ensino-de-humanidades/>. Acesso em 9/8/2020.
- DUNKER, Christian Ingo. “A balbúrdia de Weintraub”. *Folha de S. Paulo*, 15/5/2019. *DW Brasil*. 15/7/2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/a-luta-do-sleeping-giants-brasil-contra-milicias-digitais/>. Acesso em: 10/8/2020.
- ESCOBAR, Herton. “Mudanças no CNPq e Capes preocupam pós-graduação da USP”. *Jornal da USP*, 31/7/2020.
- ESTUDOS Avançados*. V. 32, n. 93, 2018.
- GIRARD, René. *Literatura, mimesis y antropología*. Barcelona, Gedisa, 1984.
- GUARDIAN Staff. “Who is Jair Bolsonaro? Brazil’s far-right president in his own words”. *The Guardian*, 29/10/2018. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2018/sep/06/jair-bolsonaro-brazil-tropical-trump-who-hankers-for-days-of-dictatorship>. Acesso em: 2/1/2020.
- IG *Último Segundo*. “Bolsonaro é favorito na corrida eleitoral em 2022, diz pesquisa”. *Último Segundo*, 24/7/2020. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/>

- politica/2020-07-24/bolsonaro-e-favorito-na-corrída-eleitoral-em-2022-diz-pesquisa.html. Acesso em: 10/8/2020.
- JUCÁ, Beatriz. "Ministro da Educação foi reprovado em tese e não tem o doutorado que divulgava no currículo". *El País*, 20/6/2020.
- MADEIRO, Carlos. "Capes altera critérios de bolsas de pesquisas; entidades temem cortes". *UOL*, 19/3/2020.
- "MEC anuncia a implantação de 54 escolas cívico-militares para 2020". *R7*, 21/11/2019. Disponível em: <https://noticias.r7.com/educacao/mec-anuncia-a-implantacao-de-54-escolas-civico-militares-para-2020-21112019>. Acesso em: 4/1/2020.
- NATALI, Marcos Piason. "Avanço da violência mostra que movimento fascista já começou, diz autor". *Folha de S. Paulo*, 21/10/18.
- NEPOMUCENO, Eric. "Nuevas ilegalidades de Bolsonaro". *Página 12*, 28/7/2020. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/281205-nuevas-ilegalidades-de-bolsonaro>. Acesso em: 9/8/2020.
- NEV-USP. "Nota pública contra a perseguição político-ideológica no Brasil". *Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo*, 25/7/2020. Disponível em: <https://nev.prp.usp.br/noticias/nota-publica-contra-a-perseguiçao-politico-ideologica-no-brasil/>. Acesso em: 9/8/2020.
- ONOFRE, Renato. "Sob pressão, Ministério da Justiça entrega ao Congresso relatório sobre opositores". *Folha de S. Paulo*, 11/8/2020.
- PORTO, Walter. "Novo tributo ameaça encarecer livros e quebrar editoras que já agonizam". *Folha de S. Paulo*, 7/8/2020.
- RESENDE, Thiago; SALDAÑA, Paulo. "MEC recebe e não usa mais de R\$ 1 bi recuperado na Lava Jato". *Folha de S. Paulo*, 17/1/2020.
- REVISTA USP*, n. 116, maio de 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/issue/view/10663>. Acesso em: 10/8/2020.
- ROMÃO, Wagner. "O ataque à iniciação científica na área de humanidades pelo governo Bolsonaro". *Carta Campinas*, 4/5/2020. Disponível em: <https://cartacampinas.com.br/2020/05/o-ataque-a-iniciacao-cientifica-na-area-de-humanidades-pelo-governo-bolsonaro/>. Acesso em 9/8/2020.
- ROSENFELD, Anatol. *Preconceito, racismo e política*. São Paulo, Perspectiva, 2011.
- ROSSI, Marina. "Bolsonaro lidera pesquisa para reeleição em todos os cenários, inclusive para Lula". *El País*, 12/2/2020.
- SALDAÑA, Paulo. "Em meio à pandemia, governo Bolsonaro investe contra pesquisa em ciências humanas". *Folha de S. Paulo*, 26/3/2020a.
- SALDAÑA, Paulo. "Governo Bolsonaro exclui humanas de edital de bolsas de iniciação científica". *Folha de S. Paulo*, 30/4/2020b.
- SALDAÑA, Paulo; URIBE, Gustavo. "Decotelli deixa MEC após revelações de falsidades em currículo". *Folha de S. Paulo*, 30/6/2020.
- SINGER, André et al. "Por que assistimos a uma volta do fascismo à brasileira". *Folha de S. Paulo*, 9/6/2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2020/06/por-que-assistimos-a-uma-volta-do-fascismo-a-brasileira.shtml>. Acesso em: 9/8/2020.
- "WEINTRAUB deixa o governo: seis polêmicas que marcaram a gestão no Ministério da Educação". *BBC News Brasil*, 18/6/2020. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53058067>. Acesso em 9/8/2020.